

SIMILARIDADE TEXTUAL ACADÊMICA

No Brasil, a produção científica progrediu muito nas últimas décadas. Em 1993, estávamos em 24º lugar, em um *ranking* de 25 países com maior produção. Em 2007, subimos para a 17ª posição e terminamos 2012 na 13ª posição, logo abaixo da Coreia do Sul. O destaque das publicações é a Medicina Clínica, que no período de 2003 a 2007 tinha 14.324 artigos dessa área, no acervo de 1% dos artigos mais citados do mundo. O país deu salto de 144%, no período de 2008 a 2012, com 34.957 artigos⁽¹⁾.

O que poderia ser motivo de orgulho para a comunidade acadêmica, é manchado por uma prática que está colocando toda a comunidade científica em alerta: a similaridade textual, ou falando sem rodeios, o plágio e o autoplágio! ”De forma geral, o plágio acadêmico se configura quando há a apropriação de ideias, processos, resultados ou palavras de outro autor como se fossem daquele que os utilizou.” A configuração de Autoplágio é quando reutilizamos aproximadamente de 30% daquilo que já publicamos⁽²⁾.

A prática da similaridade textual é comum em diversas publicações científicas e precisa ser combatida. Essa prática prejudica a carreira de um profissional de maneira indelével, mesmo nos anos iniciais da carreira acadêmica. A revista *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*⁽³⁾ mostrou que as retratações por erros ocorreram 21,3% das publicações, em um total de 2.047 artigos indexados no repositório Pubmed. De acordo com o estudo, a má conduta acadêmica foi responsável por 67,4% das retratações, sendo que dessas, 43,3% foram por fraude ou suspeita de fraude, 14,2% por publicações duplicadas e 9,8% por plágio. Os países que mais responderam pelas retratações foram Estados Unidos, Japão, China e Alemanha.

A definição do que é plágio, parece muito simples, porém abre um pretexto para a discussão de inúmeras questões. Podemos afirmar que existem cinco tipos de citações: citação direta, quando ocorre a transcrição literal de textos de outros autores, os quais devem vir, obrigatoriamente, entre aspas, com alusão a autor, obra, ano e página em que se encontra o texto citado; citação indireta ou livre, quando se reproduzem ideias e informações, sem, contudo, haver a transcrição fiel do texto do autor original; citação de citação, quando há impossibilidade de usar o texto original, reproduzindo-se dessa maneira a informação já citada por outros autores; citação em textos ensaísticos ou literários, com maior liberdade de forma; e, finalmente, citação de informações extraídas das redes eletrônicas, quando se faz necessária também a referência a fontes utilizadas em pesquisas no meio eletrônico⁽⁴⁾.

No Brasil, um estudo realizado por comparação de toda publicação aprovada no Encontro de Estudos de Estratégia (3Es) de 2005 com o anterior, realizado em 2003, assim como a publicação nos anais do EnAnpad¹, de 1997 a 2005, revelou que dos 100 artigos investigados, 52 estavam isentos de problemas e 48 foram submetidos a uma análise mais rigorosa para detecção de similaridade textual⁽⁵⁾. Descobriu-se que em 48 artigos existia similaridade com outros artigos já publicados, dos quais metade reproduziram partes de trabalhos anteriores dos mesmos autores, ou seja, autocitação, que variou entre 3% e 96% de similaridade. A autocitação passa a ser um problema, pois quando publicamos um artigo, os direitos autorais passam a ser da revista que publicou o artigo. Assim, acreditam os autores que quando encontramos em um artigo um parágrafo com sete ou mais palavras, em sequência, com uma construção idêntica à de outro anteriormente escrito, é impossível que essa citação seja “original” do autor e não simplesmente uma reprodução, sem a devida citação.

As universidades e instituições de pesquisa precisam assegurar a alunos, professores e pesquisadores, orientações mais do que suficientes relativas à integridade científica, visto que antigamente as considerações para se escrever um artigo eram outras, e influenciaram o modo como a comunidade científica escreve artigos⁽³⁾. É necessário colocar em prática a política a proposta da FAPESP em seu Código de Boas Práticas Científicas. Segundo Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, “as universidades e instituições de pesquisa no Estado de São Paulo apoiadas pela FAPESP devem definir políticas e procedimentos claros para lidar com a questão da integridade científica e ter um ou mais departamento ou órgão interno voltado a promover as boas práticas científicas

¹ EnAnpad = Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

por meio de programas regulares e para investigar e punir os eventuais casos de má conduta”. Porém, a função mais importante desempenhada pelas instituições não deve ser exclusivamente o da investigação e da punição de eventuais casos de má conduta, mas, deve sim, integrar a cultura de integridade científica nas instituições de forma permanente.

Todos os pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação precisam ter em mente que a metodologia de trabalho requer atenção permanente. Ao incluir uma descrição metodológica de outrem em seu trabalho como se fosse sua, a atenção deve se redobrada, pois essa prática é perniciososa. A internalização de uma cultura de confiabilidade está mudando as formas de lidarmos com a fiscalização das boas práticas científicas, portanto, é necessário redobrar a atenção, pois quando se está atento ao erro, este é percebido com mais facilidade.

Não cometa a fraude por falta de atenção e informação!

Prof. Dr. Alexandre Lins Werneck¹, Prof^a Dr^a Márcia Maria Urbanin Castanhole²

¹Doutor em Ciências da Saúde pela FAMERP - Tradutor/Revisor da Revista Arquivos de Ciências da Saúde

²Doutora em Genética pela UNESP/IBILCE - Pós-Doutoranda em Genética e Câncer pela FAMERP

Referências

1. <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/11/1541834-em-20-anos-pais-vai-de-24-a-13-em-ranking-de-pesquisa.shtml>. Acesso em 08/03/2015
 2. <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/heliofraga/detalhes-noticias/24410>. Acesso em 08/03/2015
 3. http://agencia.fapesp.br/ma_conduta_cientifica_e_um_problema_global_afirma_pesquisador/19643/ Acesso 08/03/2015
 4. FRANÇA, J.L.; VASCONCELLOS, A.C. de; MAGALHÃES, M.H.de A.; BORGES, S.M. *Manual para normalização de publicação estético-científicas*. 6.ed. revisada e ampliada. Belo Horizonte:UFMG, 2003.
 5. Ernani Viana Saraiva e Alexandre de Pádua Carrieri. CITAÇÕES E NÃO CITAÇÕES NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE ESTRATÉGIA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA. R. Adm., São Paulo, v.44, n.2, p.158-166, abr./maio/jun. 2009
-